

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.466 - RS (2019/0316905-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **JULIO REINALDO KONRATH**
ADVOGADO : **ÁLISON DA SILVA RAMOS - RS097998**
RECORRIDO : **HORST ERNST VOLK**
ADVOGADO : **FELIPE RIBAS DOURADO - RS075451**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JULIO REINALDO KONRATH, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 192):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE 30% DO SALÁRIO DO DEVEDOR. CASO CONCRETO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR QUE JUSTIFIQUE O AFASTAMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 833, INCISO IV, DO CPC.
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Apresentados embargos de declaração pela parte recorrente, foram rejeitados (e-STJ, fls. 211-216).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 222-234), o insurgente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 833, IV, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que a impenhorabilidade de salários pode ser mitigada quando não há prejuízo direto à subsistência ou dignidade do devedor ou de sua família.

Argumenta que o recorrido possui renda de R\$ 11.893,52 (onze mil

Superior Tribunal de Justiça

oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos) e que, mesmo com a penhora de 30% de seus rendimentos, continuará a receber vencimentos mensais equivalentes à 9 (nove) salários mínimos, ou seja, ainda não terá sua dignidade afetada, sendo possível a mitigação da regra no art. 833, IV, do CPC, permitindo a penhora parcial de 30% da remuneração do recorrido.

Sem contrarrazões.

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte (e-STJ, fls. 392-397).

Brevemente relatado, decido.

A Corte local, ao julgar o recurso de agravo de instrumento, consignou (e-STJ, fls. 193-195):

Efetivamente, possível a penhora de percentual sobre o salário do devedor (nos casos de crédito de natureza alimentar), e desde que o ato da constrição não comprometa seu sustento - excetuando a regra do artigo 833, inciso IV, do CPC.

[...]

Entretanto, no caso em análise, correta a decisão proferida pelo juízo de origem ao indeferir o pedido.

De acordo com os autos eletrônicos, trata-se de dívida decorrente de inadimplemento de notas promissórias – emitidas em razão da venda de ações preferenciais e nominativas.

Não se está diante, portanto, de crédito de natureza alimentar, impondo-se observação ao disposto no artigo 833, inciso IV, do CPC.

[...]

Diante do exposto, voto pelo desprovimento do agravo de instrumento.

Ocorre que o acórdão recorrido está em dissonância à jurisprudência deste Superior Tribunal. Isso porque decidiu a Corte especial pela possibilidade de penhora de parte dos vencimentos do devedor, desde que não seja capaz de atingir a dignidade ou a subsistência deste e de sua família.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO

IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.

6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

7. Recurso não provido.

(EREsp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe 16/10/2018)

De maneira semelhante, a Terceira Turma também já reconheceu ser possível, em situações excepcionais, a mitigação da impenhorabilidade dos salários para a satisfação de crédito não alimentar.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE.

POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 25/05/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.
2. O propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.
3. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família.

Precedentes.

4. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente não comprometeria a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável a esta Corte em virtude do óbice da Súmula 7/STJ.
5. Recurso especial conhecido e não provido.
(REsp 1658069/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017)

Todavia, faz-se necessária a análise, em cada caso concreto, das circunstâncias pessoais do devedor, para que se possa decidir, de maneira fundamentada, sobre a possibilidade ou não de flexibilização da regra de impenhorabilidade dos vencimentos. Essa avaliação, em princípio, deve ser feita pelo Juízo de primeiro grau, dada sua maior proximidade com os fatos da causa, notadamente, se entender o magistrado pela necessidade da abertura de procedimento instrutório, que o possa auxiliar na tomada de decisão.

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. LEI FEDERAL. CONCEITO. REGULAMENTO DA PETROS. NÃO ENQUADRAMENTO.

1. Não se conhece de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.
2. Estatuto de entidade de previdência privada não se enquadra no conceito de lei federal a ensejar a interposição do recurso especial.
3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (AgRg no Ag n. 1.104.000/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2011, DJe 22/3/2011), faz-se necessária a análise, em cada caso concreto, das circunstâncias

Superior Tribunal de Justiça

peçoais do devedor, para que se possa decidir, de maneira fundamentada, sobre a possibilidade ou não de flexibilização da regra de impenhorabilidade dos vencimentos. Essa avaliação, em princípio, deve ser feita pelo Juízo de primeiro grau, dada sua maior proximidade com os fatos da causa, notadamente, se entender o magistrado pela necessidade da abertura de procedimento instrutório, que o possa auxiliar na tomada de decisão.

Diante do exposto, conheço do recurso especial para dar-lhe provimento a fim de determinar o retorno dos autos ao Juízo *a quo*, que deverá proceder a novo exame do pedido, consoante a jurisprudência firmada pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator